



BV DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

(Antiga Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04794-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Quotistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BV DTVM") (antiga Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. A BV DTVM, composta pela BV Asset (gestora de recursos) e BV Private (private banking) desenvolve e provê de maneira sustentável soluções em gestão patrimonial, com objetivos estratégicos bem traçados para os dois mercados distintos em que atua:

- BV Asset: Reconhecida pela consistência de performance e grande capacidade inovadora, com ampla oferta de produtos para todos os segmentos de clientes: institucionais, corporates, private e plataformas. A BV Asset possui posição de destaque na indústria de gestão de recursos no Brasil, com

aproximadamente R\$ 47 bilhões de ativos sob gestão, distribuídos em 210 fundos no encerramento de 2021;

- BV Private: Oferece produtos e soluções financeiras adequadas às necessidades dos investidores, além de buscar sempre as melhores soluções em gestão patrimonial no Brasil e no exterior, trazendo inovação e expertise da equipe de asset allocator. O BV Private ocupa a 9ª posição no segmento Private no ranking de gestores Anbima (dezembro de 2021), com aproximadamente R\$ 22 bilhões de ativos sob custódia.

A BV DTVM encerra o exercício de 2021 com receitas totais (Receitas de Intermediação Financeira + Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas) de R\$ 148.264 mil, representando uma queda de 9,5% sobre o exercício de 2020, explicado pela menor receita oriunda da prestação de serviços, sobretudo pelas receitas relacionadas à administração de recursos de terceiros.

O resultado do exercício foi um prejuízo de R\$ 33.664 mil, comparado ao lucro líquido de R\$ 651 mil em 2020. A variação está relacionada à menor geração de receitas, bem como maiores despesas com pessoal e processamento de dados. O patrimônio líquido da BV DTVM no encerramento do exercício de 2021 era de R\$ 307.729 mil, comparado a R\$ 141.393 mil no exercício de 2020. Tal variação é explicada pelo aumento de capital no montante de R\$ 200.000 mil, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2021.

A administração da BV DTVM agradece aos quotistas, clientes e parceiros pela confiança depositada, e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 15 de março de 2022
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020			
(Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	35.941	38.833
Disponibilidades		342	1.631
Aplicações interfinanceiras de liquidez		35.599	37.202
Ativos financeiros		345.458	154.788
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7a	58.404	108.242
Títulos e valores mobiliários	8a	229.138	21.850
Outros ativos financeiros	9a	57.916	24.696
Ativos fiscais		45.422	35.002
Ativos tributários correntes	17a.1	722	1.543
Ativos fiscais diferidos	17a.2	44.700	33.459
Investimentos	10	-	-
Outros investimentos		5.235	5.585
(Provisões para redução ao valor recuperável)		(5.235)	(5.585)
Imobilizado de uso	11	62	480
Outras imobilizações de uso		6.895	8.744
(Depreciação acumulada)		(6.833)	(8.264)
Intangível	12a	7.848	4.399
Ativos intangíveis		30.036	23.912
(Amortização acumulada)		(12.360)	(9.685)
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)		(9.828)	(9.828)
Outros ativos	9a	10.840	11.595
TOTAL DO ATIVO		445.571	245.097
Passivos financeiros		46.951	12.682
Outros passivos financeiros	13a	46.951	12.682
Passivos fiscais		10.837	10.314
Passivos tributários correntes	17b.1	10.837	10.314
Provisões para contingências	20b	18.803	21.903
Outros passivos	13a	61.251	58.805
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		307.729	141.393
Capital social	16a	322.774	122.774
Reservas de lucros	16b	-	18.619
(Prejuízos) acumulados		(15.045)	-
TOTAL DO PASSIVO		445.571	245.097

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021					
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Total
		Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Lucros/(prejuízos) acumulados
EVENTOS					
Saldos em 31.12.2019		122.774	18.122	-	140.896
Lucro líquido do período		-	-	-	651
Destinações:					
Reserva legal		-	32	-	(32)
Dividendos	16c	-	-	-	(154)
Reserva estatutária para expansão	16b	-	-	465	(465)
Saldos em 31.12.2020		122.774	18.154	465	141.393
Mutações do período					
Saldos em 30.06.2021		122.774	18.154	465	(9.419)
Aumento de capital	16a	200.000	-	-	200.000
(Prejuízo) do período		-	-	-	(24.245)
Absorção de prejuízo	16b	-	(18.154)	(465)	18.619
Saldos em 31.12.2021		322.774	-	-	(15.045)
Mutações do período					
Saldos em 31.12.2020		200.000	(18.154)	(465)	175.755
Aumento de capital	16a	200.000	-	-	200.000
(Prejuízo) do período		-	-	-	(33.664)
Absorção de prejuízo	16b	-	(18.154)	(465)	18.619
Saldos em 31.12.2021		322.774	-	-	(15.045)
Mutações do período					
Saldos em 31.12.2020		200.000	(18.154)	(465)	166.336

O Lucro/(prejuízo) por quota está divulgado na Demonstração do Resultado. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020				
(Valores expressos em milhares de Reais)				
	Nota	Exercício/2021	Exercício/2020	
Recargas		132.093	150.782	
Recargas de intermediação financeira	8c	12.653	6.040	
Recargas de prestação de serviços e tarifas bancárias	14a/14b	135.611	157.837	
Resultado de provisão para perdas	20e.3	3.100	2.099	
(Provisão)/reversão de provisão para passivos contingentes	14e/14f/15	(10.753)	(10.922)	
Outras receitas/(despesas)		(44.543)	(35.538)	
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, água, energia e gás	14d	(644)	(480)	
Serviços de terceiros	14d	(98)	(212)	
Comunicações	14d	(1.697)	(541)	
Processamento de dados	14d	(19.795)	(14.288)	
Manutenção e conservação de bens	14d	(931)	(642)	
Transportes	14d	(103)	(80)	
Serviços de vigilância e segurança	14d	(128)	(98)	
Serviços técnicos especializados	14d	(9.753)	(8.421)	
Serviços do sistema financeiro	14d	(26)	(462)	
Publicações, propaganda e publicidade	14d	(343)	(260)	
Emolumentos judiciais e cartorários	14d	(174)	(181)	
Outros	14d	(10.851)	(9.873)	
Valor adicionado bruto		87.550	115.244	
Despesas de amortização/depreciação	14d	(3.092)	(4.052)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		84.458	111.192	
Valor adicionado a distribuir		84.458	111.192	
Valor adicionado distribuído		84.458	111.192	
Pessoal		65.793	78.453	
Salários, honorários e demandas trabalhistas		65.793	78.453	
Participação nos lucros e resultados		16.164	13.616	
Benefícios, treinamentos e outros	14c	11.282	5.041	
FGTS		5.444	3.142	
Impostos, taxas e contribuições		16.391	28.946	
Federais		12.256	23.998	
Municipais		4.135	4.948	
Remuneração de capitais de terceiros		3.058	3.142	
Aluguéis	14d	3.058	3.142	
Remuneração de capitais próprios		(33.664)	(39.86%)	
Dividendos		-	154	
(Prejuízo) absorvido/lucro retido		(33.664)	497	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. A BV DTVM E SUAS OPERAÇÕES
A BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Sociedade") é uma Sociedade de capital fechado que tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar carteiras e fundos de investimentos. Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social de Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Votorantim Asset DTVM) para BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BV DTVM). As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim ("Conglomerado"), cujo líder é o Banco Votorantim S.A. (banco BV), e atuam integradamente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. As principais estimativas contábeis e julgamentos aplicados sobre ativos e passivos estão descritos na nota explicativa 4. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Contábeis são:

Resolução CMN nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01;
Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25;
Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1);
Resolução CMN nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23;
Resolução CMN nº 4.144/2012 - Estrutura conceitual para Relatório Financeiro - CPC 00 (R1);
Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1);
Resolução CMN nº 4.748/2019 - Mensuração do valor justo - CPC 46;
Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2). Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1), Eventos subsequentes - CPC 24, e Resultado por ação - CPC 41.

A Sociedade aplicou, ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Bacon, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (DVA).

Resoluções do CMN que incorporaram parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:
Resolução CMN nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis - CPC 02 (R2);
Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo intangível - CPC 04 (R1);
Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado - CPC 27;
Resolução CMN nº 4.747/2019 - Ativo não circulante mantido para venda - CPC 31.

Mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis
Com base na Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular Bacon nº 3.959/2019, substituídas a partir de 01 de janeiro de 2021 pela Resolução CMN nº 4.818/2020 e pela Resolução BCB nº 2/2020, respectivamente, a Sociedade realizou mudanças na apresentação a partir das Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2020 onde destacamos as principais modificações (e que permanecem vigentes mesmo com a entrada em vigor das novas Resoluções mencionadas) que são:

Balanco Patrimonial

- Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais, provisão para contingências.

Demonstração do Resultado

- Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha "Resultado de provisão para perdas";
- Apresentação da provisão para contingências em linha específica em: "(Provisão)/reversão de provisão para passivos contingentes".

Notas explicativas

- Inclusão da nota explicativa 4 "Principais estimativas contábeis e julgamentos", onde é descrita a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes sobre elementos patrimoniais que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre estas Demonstrações Contábeis;
- Inclusão da nota explicativa 5 "Resultados recorrentes e não recorrentes", onde são apresentados de forma detalhada componentes do resultado (eventos não recorrentes) que não estão relacionados ou estão relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A dedução desses componentes do resultado contábil reportado é apresentada na referida nota como resultado recorrente.

Outras Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros, que incorporam os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

- Resolução CMN nº 4.924/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2022, aprova a adoção dos seguintes pronunciamentos, que não haviam sido recepcionados:

CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para Relatório Financeiro;
CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos;
e CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

A referida resolução, em conjunto com a Resolução BCB nº 120/2021, também prevê na conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, a opção de utilização pela instituição financeira de taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Bacon (PTAX). Tal opção é condicionada, dentre diversas condições normativas, a:

- ter a finalidade de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em virtude da mensuração de itens patrimoniais ou de resultado em bases diferentes; ou oferecer informação mais confiável e relevante para o usuário da informação contábil;
- ser divulgada por entidade responsável por sistema administrado por bolsas de valores, bolsas de mercadorias e de futuros, ou por entidades de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;
- ser aplicada uniformemente para todos os itens patrimoniais e de resultado e de forma consistente ao longo do tempo;
- ser definida pela instituição até o primeiro dia útil do exercício social no qual passará a ser utilizada, sem possibilidade de alteração durante o respectivo exercício social.

Para o exercício de 2022, a Companhia optou por não adotar a opção da taxa referencial.

- Resolução CMN nº 4.966/2021 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução estabelece a obrigação de remessa de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma, até 30 de junho de 2022.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 15 de março de 2022.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

- Aparuração do resultado**
Em conformidade com o princípio da competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, refinancado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.
- Moeda funcional e de apresentação**
A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado. Nestas Demonstrações Contábeis, a moeda de apresentação também é o Real.
- Mensuração a valor presente**
Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do princípio da competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Sociedade, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.
- Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.
- Aplicações interfinanceiras de liquidez**
As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.
- Títulos e valores mobiliários - TVM**
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:
 - Títulos para negociação:** Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda:** Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
 - Títulos mantidos até o vencimento:** Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor justo. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste valor justo é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A metodologia de ajuste a valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020					
E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020					
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)					
	Nota	2º Semestre/2021	2º Semestre/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		10.007	2.289	12.653	6.040
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8c	10.007	2.289	12.653	6.040
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		10.007	2.289	12.653	6.040
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS		(4.501)	(2.738)	(8.518)	(4.272)
Outras (provisões)/reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	9a	(4.501)	(2.738)	(8.518)	(4.272)
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(31.088)	(5.892)	(33.226)	24.344
Receitas de prestação de serviços	14a	64.127	74.155	133.769	156.214
Rendas de tarifas bancárias	14b	272	584	1.842	1.623
Despesas de pessoal	14c	(52.408)	(49.947)	(97.289)	(77.851)
Outras despesas administrativas	14d	(25.961)	(23.725)	(50.693)	(42.732)
Despesas tributárias	17c	(6.012)	(5.843)	(12.852)	(13.767)
(Provisão)/reversão de provisão para passivos contingentes	20e.3	(859)	1.179	3.100	2.099
Outras receitas operacionais	14e	434	297	1.160	2.805
Outras despesas operacionais	14f	(10.681)	(2.592)	(12.263)	(4.047)
RESULTADO OPERACIONAL		(25.582)	(6.341) </		



BV DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
(Antiga Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
CNPJ 03.384.738/0001-98
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04794-000

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

de cada benefício são registrados em "Outros passivos - Provisão para despesa de pessoal" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na nota explicativa 19.
Os valores referentes a participação nos lucros e resultados (PLR), estabelecido pela Lei nº 10.101/2000, são reconhecidos em "Outros passivos - Provisão para participação nos lucros e resultados" em contrapartida ao resultado, em "Participação nos lucros e resultados".

n) Tributos
Os tributos, incluindo os incidentes sobre a receita, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquotas vigentes
Tributos sobre o lucro	
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	20%
Demais tributos	
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (2)	De 2% a 5%

(1) A Lei nº 14.183, publicada no Diário Oficial da União em 15 de julho de 2021, elevou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, para as instituições financeiras nas quais a BV DTVM se enquadra, no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando às alíquotas anteriores a partir de 01 de janeiro de 2022.

(2) Tributos incidentes sobre a receita com prestação de serviços.
Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. No caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos nos processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos. Já para processos judiciais de natureza fiscal, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado). Para as causas civis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado).

Para as causas de natureza cível não usuais, ou cujo valor seja considerado relevante, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado).
As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

p) Outros ativos e passivos
Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

q) Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias
As receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias são reconhecidas no resultado por regime de competência, pela efetiva realização dos serviços independente do seu efetivo recebimento (nota explicativa 14). As receitas de taxa de performance de fundos de investimento são reconhecidas somente quando auferidas, ou seja, quando a performance for atingida e não for mais passível de reversão.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS

1) Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis
A elaboração de Demonstrações Contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica em bases contínuas e com revisão periódica estimativas que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Sociedade são detalhados abaixo:

a) Provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários
A Administração aplica julgamentos para identificação e provisionamento de operações que tenham perdas em seu valor recuperável e considera as seguintes situações, não se limitando a elas, como indicativas:
(i) Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado;
(ii) Quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
(iii) Concessão de benefício ao emitente ou obrigado, por razões econômicas ou legais relacionadas com suas dificuldades financeiras, realizada pelo banco BV ou suas empresas ligadas incluindo a BV DTVM, que não seria considerada em condições normais;

(iv) Processo de falência ou reorganização financeira pelo devedor (forma-se provável);
(v) Desaparecimento do mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; dentre outras.
Não houve impacto significativo em provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários para os períodos apresentados.

b) Projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários
A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias da Sociedade, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.
Este item é apontado especialmente por conta dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as Demonstrações Contábeis. O detalhamento sobre a projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários está apresentado na nota explicativa 17a.2.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros
Existem técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.
As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa 3f.

d) Provisões para passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas
Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, a Sociedade constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista através de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.
A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.
O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 20.

e) Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e de outros ativos
O teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.
Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.
A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está descrita na nota explicativa 3l.

2) Outras informações relevantes
a) Efeitos decorrentes da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis
Os principais efeitos e impactos decorrentes da COVID-19 sobre as Demonstrações Contábeis deste período estão descritos a seguir:
• **Projeção de resultados futuros para realização de créditos tributários**
Os estudos de expectativa de realização dos créditos tributários consideram atualização das estimativas de resultado futuro da Sociedade com os reflexos da COVID-19. Concluímos que o consumo dos créditos tributários continuam previstos para realização dentro do prazo de 10 anos, conforme estabelecido pelas normas em vigor (Resolução CMN nº 4.842/2020).

• **Redução ao valor recuperável de investimentos, ativos intangíveis e outros ativos**
Não foram observados impactos relevantes em decorrência da pandemia.
• **Provisões e passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas**
Não foram verificados impactos relevantes nas contingências por conta da pandemia.

5. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, a instituição considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da Sociedade.
Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

	2º Semestre/2021	2º Semestre/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
Lucro líquido / (prejuízo)	(24.245)	(15.999)	(33.664)	651
(-) Eventos não recorrentes	(370)	-	-	5.094
Provisões prudenciais para perdas	-	-	-	5.094
Efeitos da majoração da alíquota sobre o crédito tributário	(370)	-	-	-
Lucro líquido / (prejuízo) recorrente	(23.875)	(15.999)	(33.664)	(4.443)

Sumário dos eventos não recorrentes:
Provisões prudenciais para perdas - Inclui provisões prudenciais para contingências passivas e de provisões para ajuste de valor recuperável de ativos não financeiros.
Efeitos da majoração da alíquota sobre o crédito tributário - Efeito decorrente da majoração da alíquota de contribuição social, para as instituições financeiras, reconhecida na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social. Em 31 de dezembro de 2021, o crédito tributário gerado a partir da vigência da Lei nº 14.183 foi integralmente realizado (Nota 3n).

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	342	1.631
Disponibilidades em moeda nacional	342	1.631
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	35.589	37.202
Total	35.941	38.833

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31.12.2021	31.12.2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros	58.404	108.242
Total	58.404	108.242

	2º Semestre/2021	2º Semestre/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
Rendas de aplicações no mercado aberto	351	-	351	-
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.366	1.494	5.089	4.518
Total (1)	3.717	1.494	5.440	4.518

(1) Os valores compõem o saldo de Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 8c).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31.12.2021				31.12.2020			
	Valor justo	Total	Valor justo	Total	Valor justo	Total	Valor justo	Total
Vencimento em dias								
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
1 - Títulos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos	-	-	-	-	(29)	6.002	6.002	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	(29)	6.002	6.002	-
2 - Títulos disponíveis para venda	2.134	-	-	-	15.338	17.472	15.338	-
Títulos públicos	2.134	-	-	-	2.134	2.134	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	1.194	1.194	-
Títulos privados	-	-	-	-	15.338	15.338	-	-
Contas de fundos de investimentos	-	-	-	-	15.338	15.338	-	-
Total (1 + 2)	2.134	211.104	562	15.338	229.167	229.138	(29)	21.850

	31.12.2021	31.12.2020		
Por categoria				
1 - Título para negociação	211.666	92%	6.002	27%
2 - Títulos disponíveis para venda	17.472	8%	15.848	73%
Valor justo da carteira	229.138	100%	21.850	100%

	2º Semestre/2021	2º Semestre/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7b)	3.717	1.494	5.440	4.518
Títulos de renda fixa	5.962	701	6.704	1.283
Títulos de renda variável (1)	(175)	-	(175)	(101)
Aplicações em fundos de investimentos	503	94	684	340
Total	10.007	2.289	12.653	6.040

(1) Inclui o resultado apurado na venda de investimentos por incentivos fiscais.
d) Resultado de títulos e valores mobiliários
Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e a Sociedade não possui títulos mantidos até o vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001.

9. OUTROS ATIVOS

	31.12.2021	31.12.2020
a) Composição		
Outros ativos financeiros	57.916	24.696
Rendas a receber (1)	11.079	14.276
Outros créditos para negociação e intermediação de valores	46.837	10.420
Outros ativos	10.840	11.595
Outros valores e bens	341	334
Valores a receber de sociedade ligadas	49	171
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 20g)	9.274	10.906
Outros	1.176	184
Total	68.756	36.291

Ativo não circulante
10.469
10.907
"Valores apresentados líquidos de provisão para perdas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado em "Resultado de provisão para perdas" no montante de R\$ (8.518) no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 R\$ (4.272) no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Estes saldos referem-se a provisões para perdas sobre serviços de custódia e taxas de administração.

10. INVESTIMENTOS
Investimentos por incentivos fiscais
Outros
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)
Total

	31.12.2021	31.12.2020
Investimentos por incentivos fiscais	3.482	3.832
Outros	1.753	1.753
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	(5.235)	(5.585)
Total	-	-

	31.12.2020	Exercício/2021 (1)	31.12.2021
Saldo contábil	354	(354)	262
Instalações	105	(43)	1.849
Móveis e equipamentos de uso	6	(6)	1.370
Sistema de comunicação	3	(3)	3.319
Sistema de processamento de dados	12	(12)	95
Sistema de segurança	480	(418)	6.895
Total	480	(418)	(6.833)

	31.12.2019	Exercício/2020 (1)	31.12.2020
Saldo contábil	712	(358)	2.092
Instalações	172	(67)	1.869
Móveis e equipamentos de uso	13	(7)	1.369
Sistema de comunicação	9	(6)	3.319
Sistema de processamento de dados	25	(13)	95
Sistema de segurança	931	(451)	8.744
Total	931	(451)	(8.264)

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houveram aquisições e baixa de imobilizado de uso.

	31.12.2021	31.12.2020
Investimentos por incentivos fiscais	3.482	3.832
Outros	1.753	1.753
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	(5.235)	(5.585)
Total	-	-

	31.12.2020	Exercício/2021 (1)	31.12.2021
Saldo contábil	262	(262)	262
Valor de custo	262	(262)	262
Depreciação acumulada	-	-	-
Saldo contábil	262	(262)	262

	31.12.2019	Exercício/2020 (1)	31.12.2020
Saldo contábil	712	(358)	2.092
Instalações	172	(67)	1.869
Móveis e equipamentos de uso	13	(7)	1.369
Sistema de comunicação	9	(6)	3.319
Sistema de processamento de dados	25	(13)	95
Sistema de segurança	931	(451)	8.744
Total	931	(451)	(8.264)

	31.12.2021	31.12.2020
Valor de custo	4	4
Amortizada	(4)	(4)
Imparidade	-	-
Saldo contábil	-	-

	31.12.2021	31.12.2020
Valor de custo	7.399	6.186
Amortizada	(7.396)	(6.160)
Imparidade	-	-
Saldo contábil	3	26

	31.12.2021	31.12.2020
Valor de custo	22.633	17.722
Amortizada	(4.960)	(4.352)
Imparidade	(9.828)	(9.828)
Saldo contábil	7.845	3.542

	31.12.2020	Exercício/2021	31.12.2021
Saldo contábil	26	1.213	-
Aquisições (1)	4.373	4.910	-
Transferência	4.399	6.123	-
Amortização	-	-	(1.236)
Imparidade	-	-	(1.438)
Saldo contábil	4.399	6.123	-

	31.12.2019	Exercício/2020	31.12.2020
Saldo contábil	261	941	-
Aquisições (1)	842	-	15.784
Transferência	-	-	(2.425)
Amortização	-	-	(9.828)
Imparidade (2)	-	-	(9.828)
Saldo contábil	1.103	941	4.373

	31.12.2021	31.12.2020
Valor de custo	261	941
Amortizada	-	-
Imparidade</		



BV DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

(Antiga Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04794-000

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Exercício/2021	Exercício/2020
Lucro líquido/(prejuízo) do período	(33.664)	651
Reserva legal	-	(32)
Base de cálculo	(33.664)	619
Dividendos	-	154
Valor proposto	(33.664)	773
% sobre a base de cálculo	0%	25%

d) Resultado por quota

	2º Semestre/2021	2º Semestre/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
Lucro líquido/(prejuízo) (R\$ mil)	(24.245)	(15.999)	(33.664)	651
Quantidade média ponderada de quotas (lote de mil) ^{(1) (2)}	22.277.389	22.277.389	22.277.389	22.277.389
Lucro/(prejuízo) por quota (básico e diluído) (R\$)	(1,09)	(0,72)	(1,51)	0,03

⁽¹⁾ O número médio ponderado de quotas é calculado com base na média da quantidade de quotas de cada mês do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

⁽²⁾ O número médio ponderado de quotas foi reapresentado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 devido ao aumento de capital com emissão de novas quotas descrito na nota 16a, em conformidade com o CPC 41.

17. TRIBUTOS

a) Ativos fiscais

Total de ativos fiscais reconhecidos

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos tributários correntes (Nota 17 a.1)	722	1.543
Ativos fiscais diferidos (Nota 17 a.2)	44.700	33.459
Total	45.422	35.002
Ativo circulante	722	1.543
Ativo não circulante	44.700	33.459

a.1) Ativos tributários correntes

	31.12.2021	31.12.2020
Impostos e contribuições a compensar	722	1.543
Total	722	1.543

a.2) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário - Ativo)

	31.12.2020	Exercício/2021	31.12.2021
		Movimentação do período	
	Saldo	Constituição ⁽¹⁾	Baixa ⁽²⁾
Diferenças temporárias	31.183	7.689	(8.290)
Provisões passivas	26.735	6.975	(7.364)
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	-	12	-
Outras provisões	4.448	702	(926)
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	2.276	11.842	- 14.118
Total dos créditos tributários ativados	33.459	19.531	(8.290)
Imposto de renda	17.388	10.744	(4.502)
Contribuição social	16.071	8.787	(3.788)

⁽¹⁾ Inclui os efeitos da elevação de alíquota da CSLL de instituições financeiras no montante de R\$ 370, aplicável ao crédito tributário realizável no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021.

⁽²⁾ Inclui o montante de R\$ (370), relativo ao crédito tributário realizado no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021, originário da majoração da alíquota da CSLL, descrita na nota de rodapé 1.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro 2021.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2022	17.090	15.292
Em 2023	4.649	3.753
Em 2024	6.047	4.410
Em 2025	4.892	3.227
Em 2026	6.304	3.763
De 2027 à 2028	2.111	1.085
De 2029 à 2031	3.607	1.427
Total de créditos tributários	44.700	32.957

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, observou-se a realização parcial de créditos tributários na BV DTVM no montante de R\$ 21.069 (R\$ 28.218 em 31 de dezembro de 2020), correspondente a 104% (133% em 31 de dezembro de 2020) da respectiva estimativa de realização fiscal do saldo de créditos tributários até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2020.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾
Em 2022	0%	56%
Em 2023	6%	12%
Em 2024	26%	8%
Em 2025	26%	4%
Em 2026	7%	17%
De 2027 à 2028	15%	0%
De 2029 à 2031	20%	3%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

a.3) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário - Não ativado)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve saldo não constituído de crédito tributário.

b) Passivos fiscais

b.1) Passivos tributários correntes

	31.12.2021	31.12.2020
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	6.159	6.036
Impostos e contribuições a recolher	4.678	4.278
Total	10.837	10.314
Passivo circulante	6.159	2.401
Passivo não circulante	4.678	7.913

c) Despesas tributárias

	2º Semestre/2021	2º Semestre/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
Cofins	(2.919)	(2.983)	(5.806)	(6.365)
ISSQN	(1.591)	(1.826)	(3.389)	(3.889)
PIS	(474)	(485)	(943)	(1.034)
Outras	(1.028)	(549)	(2.714)	(2.479)
Total	(6.012)	(5.843)	(12.852)	(13.767)

d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

	2º Semestre/2021	2º Semestre/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
Valores correntes	-	(138)	-	(138)
IR e CSLL no País - Correntes	-	(138)	-	(138)
Valores diferidos	6.691	7.373	11.241	(2.027)
Ativo fiscal diferido	6.691	7.373	11.241	(2.027)
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	1.403	(1.264)	11.842	1.896
Diferenças temporárias	5.276	8.637	(613)	(3.923)
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	12	-	12	-
Total	6.691	7.235	11.241	(2.165)

d.2) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2021	2º Semestre/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
Resultado antes dos tributos e participações	(25.232)	(16.169)	(28.741)	16.432
Encargo total do IR e CSLL ⁽¹⁾	11.354	6.468	12.757	(6.573)
Participação nos lucros e resultados	2.567	2.826	6.751	5.446
Majoração de alíquota da CSLL	(370)	-	-	-
Outros valores	(6.860)	(2.059)	(8.267)	(1.038)
Imposto de renda e contribuição social do período	6.691	7.235	11.241	(2.165)

⁽¹⁾ Os encargos do IR foram calculados pela alíquota nominal de 25% e os da CSLL foram calculados pelas alíquotas: (i) 15% até 30 de junho de 2021; e (ii) 20% no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021 (nota 3n).

18. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da Administração da Sociedade, formado pela diretoria:

	2º Semestre/2021	2º Semestre/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
Honorários, pró labore e outros	1.049	1.122	2.133	2.142
Gratificações	607	2.851	607	4.076
Encargos sociais	279	1.245	412	1.736
Total	1.935	5.218	3.152	7.954

A Sociedade oferece um plano de previdência privada de contribuição definida ao pessoal chave da Administração.

A Sociedade não concedeu empréstimos ao pessoal chave da Administração no período.

As operações com partes relacionadas compreendem, além das operações com o Banco Votorantim S.A. e suas controladas, o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e a Votorantim S.A.

A Sociedade realiza transações com as partes relacionadas, tais como aplicações interfinanceiras de liquidez. Há ainda contratos de prestação de serviços, que contemplam o convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com o banco BV.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	31.12.2021			
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim S.A. e Controladas	Outras
Ativos				
Disponibilidades	8	-	322	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	-	-	94.003	-
Outros ativos	-	-	50	-
Passivos				
Outros passivos	-	-	(23.189)	-
Resultado				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	3.717	-
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(3.470)	-
Exercício/2021				
Resultado				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	5.440	-
Despesas administrativas e outras despesas	-	-	(7.030)	-
31.12.2020				
Ativos				
Disponibilidades	732	-	836	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	-	-	145.443	-
Outros ativos	-	-	174	-
Passivos				
Outros passivos	-	-	(13.668)	-
2º Semestre/2020				
Resultado				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	1.494	-
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(3.887)	-
Exercício/2020				
Resultado				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	4.518	-
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(7.249)	-

⁽¹⁾ Inclui as operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias classificadas como caixa e equivalentes de caixa.

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do Conglomerado, do qual a Sociedade é integrante, previstos em acordo coletivo da categoria são seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

Os programas de remuneração de curto prazo e longo prazo: Incentivo variável condicionado, Incentivo de longo prazo e Programa de compra de ações virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016 com efeitos até fevereiro de 2021.

No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado implementou um novo programa de remuneração variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados da Sociedade. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017 e foi concedido até 2020, com efeitos até fevereiro de 2021.

Plano ILP: Em 2021, o Conglomerado implementou para os executivos, um plano de incentivo de longo prazo, que consiste em uma expectativa de direito de recebimento em ações virtuais, condicionado ao desempenho da organização no horizonte do tempo, com o objetivo (i) atrair, motivar e reter talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor (em relação às práticas ESG - Meio ambiente, Social e Governança, neste exercício os executivos possuem um indicador específico atrelado a ESG e seu resultado impactará na remuneração variável apurada ao final do ciclo, maiores detalhes na nota explicativa 30a); e (iv) criação de uma visão de longo prazo. Este plano tem duração de 4 anos.

Despesas cuja expectativa de realização decorre exclusivamente da prestação de serviços ao Conglomerado pelos beneficiários dos programas de remuneração variável: no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidos no resultado em "Despesas de pessoal - Proventos" da Sociedade R\$ 2.722 (R\$ 5.729 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

Na Sociedade, ocorreram os seguintes pagamentos aos colaboradores referentes aos programas de remuneração de longo prazo:

Ano do programa	2º Semestre/2021	2º Semestre/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
2015	-	-	-	3.182
2016	-	-	2.500	1.142
2017	-	-	460	454
2018	-	-	-	486
Total			2.960	5.264

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade registrou na rubrica de "Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal" o montante de R\$ 8.753 (R\$ 17.611 em 31 de dezembro de 2020).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao comitê de remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais

	2º Semestre/2021	2º Semestre/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
Quantidade inicial	-	1.653.912	1.344.592	3.314.494
Novas/atualizações	-	-	-	1.064.613
Pagas	-	(216.202)	(1.344.592)	(2.941.397)
Canceladas	-	(93.118)	-	(93.118)
Quantidade final		1.344.592		1.344.592

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o Conglomerado ainda oferece outros benefícios, dentre os quais destacamos o plano de previdência privada.

Em março de 2019, entrou em vigor o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), onde o Conglomerado, na qualidade de patrocinador contribui para formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego. Este novo plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2018.

O programa de previdência privada tem como objetivo: (i) reforçar o vínculo de longo prazo; (ii) conscientização do planejamento financeiro; e (iii) complementar a renda na aposentadoria.

PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações trabalhistas

A Sociedade é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações fiscais

A Sociedade está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, e contribuições previdenciárias patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais ou seguro garantia para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Ações de natureza cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: prestação de contas e custo indenizatório pela rentabilidade dos fundos e gestão dos ativos.

e) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas - Prováveis

A Sociedade constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Sociedade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Sociedade considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis

	31.12.2021	31.12.2020
Demandas fiscais	50	79
Demandas cíveis	-	1.364
Demandas trabalhistas	18.753	20.460



BV DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

(Antiga Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04794-000

★ **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

e) Risco social, ambiental e climático

(i) Definição

Atualmente a gestão do risco social, ambiental e climático do Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, é norteada pela Política Corporativa de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (PSRSA). Esta política atende às disposições da Resolução CMN nº 4.327/2014, que fica vigente até dez/22, e a autorregulação Febraban SARB nº 14, orientando o comportamento das empresas do Conglomerado Econômico Financeiro Votorantim no que tange práticas sociais, ambientais e climáticas de negócios e relacionamentos com as partes interessadas.

Demonstrando a importância do tema para o Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, o apetite de riscos (RAS) do banco BV contempla uma dimensão exclusiva sobre risco social e ambiental, sendo que o indicador é monitorado mensalmente e reportado para o Comitê de Controles e Riscos (CCR), Comitê de Riscos e Capital (CRC) e Conselho de Administração (CA).

A estrutura de gerenciamento de risco social, ambiental e climático do Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, é responsável por identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar esses riscos associado às atividades e operações da Instituição, tendo em vista os princípios de relevância e proporcionalidade da Resolução CMN nº 4.327/2014.

A gestão de risco social, ambiental e climático observa a legislação ambiental aplicável, bem como avalia os aspectos socioambientais com os quais o cliente ou fornecedor esteja envolvido, a fim de subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias e homologação de fornecedores.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático durante a concessão de crédito é realizado por meio de metodologias de análise que determinam o *Rating* ESG, incluso no processo de atribuição do *Rating* de Crédito.

2) Processo de gestão de capital

A gestão do capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução CMN nº 4.557, e Circular nº 3.846 do BACEN, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do Capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de suficiência de capital na visão regulatória e econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

(i) Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA);
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.748/2015, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência:

- ⁽ⁱ⁾ ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- ⁽ⁱⁱ⁾ ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ⁽ⁱⁱⁱ⁾ ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- ^(iv) Investimentos em a) entidade assemelhada a instituição financeira não consolidada, sociedade seguradora, resseguradora, sociedade de capitalização e entidade aberta de previdência complementar; e b) instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em instituição situada no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil, que não componha o conglomerado;
- ^(v) participação de não controladores no capital de a) subsidiária que seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e b) subsidiária no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil;
- ^(vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- ^(vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- ^(viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O Conglomerado considera os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.851/2020, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, até 31.12.2021, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior. Após 01.01.2022, os créditos tributários devem ser incluídos com o seguinte cronograma: no mínimo 50%, até 30.06.2022 e 100% até 31.12.2022;
- ^(ix) ativos permanentes diferidos;

^(x) entre outros;

A Resolução CMN nº 4.955/2021 entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022 e revoga a Resolução CMN 4.192/2013. Não há impactos relevantes na apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial com esta alteração normativa.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013 e alterações posteriores. A partir de 01 de janeiro de 2022 essa resolução será substituída pela Resolução CMN nº 4.950/2021 e não há impactos relevantes na apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial com esta alteração normativa.

Em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,82% (14,64% em 31 de dezembro de 2020).

Em atendimento a Resolução BCB 54/2020, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no *website*: www.bancobv.com.br.

(ii) Suficiência de capital (visão regulatória)

A análise da suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Companhia possui Patrimônio de Referência (Capital Disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos de Pilar I, acrescido da exigência adicional para cobertura do risco de variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRB) conforme a Resolução BCB nº 48/2020.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Cobertura de seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes

Riscos cobertos	31.12.2021		31.12.2020	
	Valores cobertos	Valor do prêmio	Valores cobertos	Valor do prêmio
Seguro garantia - Fiança para processos judiciais	1.977	28	15.354	92

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Passivos	Patrimônio líquido		Reservas de	
	Capital social	capital e de lucros	Total	Total
Saldo em 30.06.2021	154	122.774	18.619	141.547
Absorção de prejuízo	-	-	(18.619)	(18.619)
Variações com efeito de caixa	(154)	200.000	-	199.846
Aumento de capital	-	200.000	-	200.000
Dividendos pagos	(154)	-	-	(154)
Saldo em 31.12.2021	-	322.774	-	322.774

Passivos	Patrimônio líquido		Reservas de lucros	
	Capital social	Reservas de lucros	Total	Total
Saldo em 31.12.2020	154	122.774	18.619	141.547
Absorção de prejuízo	-	-	(18.619)	(18.619)
Variações com efeito de caixa	(154)	200.000	-	199.846
Aumento de capital	-	200.000	-	200.000
Dividendos pagos	(154)	-	-	(154)
Saldo em 31.12.2021	-	322.774	-	322.774

Passivos	Patrimônio líquido		Reservas de lucros	
	Capital social	Reservas de lucros	Total	Total
Saldo em 31.12.2019	-	122.774	18.122	140.896
Recursos provenientes da destinação do resultado	-	-	497	497
Variações sem efeito de caixa	154	-	-	154
Dividendos a pagar	154	-	-	154
Saldo em 31.12.2020	154	122.774	18.619	141.547

c) Administração e gestão de recursos de terceiros

Posição dos fundos de investimentos que estão sob gestão e/ou são administrados pela Sociedade:

	Quantidade de fundos/carteiras		Saldo	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos e carteiras administradas	210	239	52.340.574	49.493.721

A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Quotistas e ao Conselho de Administração

BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (antiga Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.).

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido para o semestre e exercício findos nessa data, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

O exame das demonstrações contábeis do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 11 de março de 2021, sem ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



São Paulo, 15 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Maria José de Mula Cury

CRC 2SP000160/O-5
 Contadora - CRC 1SP192785/O-4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 29/03/2022 17:36

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/29/BV1581300129032022.pdf>
 Hash:164849976375c40270301d4136a62915536dab5d31